

# O lugar da política no pensamento do jovem Nietzsche

Adriana Delbó<sup>1</sup>

**Resumo:** Imbuído da noção schopenhaueriana de vontade, Nietzsche analisa a cultura grega em vista da capacidade dos gregos para criar a tragédia como transfiguração da dor da existência. Seus escritos estéticos, contudo, não trataram somente da arte grega: o Estado já era objeto de ocupação de Nietzsche desde *O nascimento da tragédia*. Quando pensa o Estado grego, ele já elabora suas primeiras críticas ao Estado moderno. A racionalidade, estendida à forma de compreender o Estado, não possibilita, para Nietzsche, reconhecer os ardis desse instrumento da natureza entre os homens para produção de forma e beleza. O Estado burguês moderno, à medida que tem por tarefa o cessar *a guerra de todos contra todos*, a proteção da vida e do processo de acúmulo de riquezas, impede a geração de grandes indivíduos e se torna, portanto, empecilho para a elaboração de cultura.

**Palavras chave:** cultura – tragédia – estado – racionalidade.

Dezesseis anos após a elaboração de *O nascimento da tragédia*, no prefácio tardio e crítico à obra (1886), Nietzsche sustenta que “o núcleo deste livro estranho e de difícil acesso” (Nietzsche 2, p. 11) deve ser identificado mais como pensamentos sobre o povo grego, sobre “o grandioso *problema grego*” (Nietzsche 2, p. 20), do que como renascimento da tragédia a partir do espírito da música em Richard Wagner. E se Nietzsche continuou a acreditar que ali tratou da *ciência com a ótica do artista*, da moral e da arte com a ótica da vida, a análise dos escritos

---

1 Doutora em Filosofia pela Unicamp. E-mail: adrianaadelbo@yahoo.com.br

preparatórios a *O nascimento da tragédia* evidencia que o Estado e a política já eram assuntos de sua reflexão e que foram analisados sob a ótica de um pensador da cultura preocupado com a promoção da unidade de estilo artístico na vida de um povo.

Ainda que na versão publicada de *O nascimento da tragédia* as referências mais evidentemente políticas tenham sido suprimidas, o jovem Nietzsche já se mostrava preocupado com uma análise da política ao contemplar o Estado grego em seu elogio à justificação estética da existência na Antiguidade grega. A tragédia, que permaneceu o tema central de sua primeira obra, tem no Estado uma das condições de sua existência e seu desenvolvimento, na medida em que cumpre sua tarefa ideal para a cultura. A relação de dependência entre tragédia e Estado permaneceu na obra, de forma explícita, em uma afirmação, aparentemente fortuita, no capítulo 21, em que ele identifica um princípio comum à arte e à política grega, ao sustentar que o ocaso da tragédia e as conseqüentes degeneração e transformação do caráter do povo grego “nos convidam a uma séria reflexão sobre quão necessária e estreitamente entrelaçados estão, em seus fundamentos, a arte e o povo, o mito e o costume, a tragédia e o Estado”.

Já em seu prefácio intitulado “O Estado grego”, parte de escritos reunidos sob o título *Cinco prefácios para cinco livros não escritos*, elaborado inicialmente como parte de *O nascimento da tragédia*, o vínculo entre tragédia e Estado grego, aparece sob a forma de um pressentimento da “misteriosa conexão entre Estado e arte, cobiça política e geração artística, campo de batalha e obra de arte” (Nietzsche 2, p. 772; Nietzsche 3, p. 54). Em ambos os trechos, fica evidente uma intensa relação entre Arte e Estado na obra de Nietzsche, o que privilegia o ponto de partida de nossa investigação.

A noção nietzscheana de cultura é perpassada pela articulação fundamental das diversas manifestações da vida de um povo em uma unidade de estilo artístico, tal como defende nos escritos iniciais, como nas duas primeiras *Considerações Extemporâneas*, contra David Strauss (1873) e sobre o proveito e a desvantagem da história para a vida (1874). Para Nietzsche, houve entre os gregos uma vontade de arte em todas as suas criações, o que significa que não somente nas artes se expressou a

vontade de beleza. O Estado, a religião, o mito, a ciência, a filosofia, a compreensão do mundo e do homem e todas as formas de expressão são decorrentes de uma vontade de arte, de criação, inscrita, por sua vez, na própria natureza. A estima de Nietzsche pelas dimensões artística, religiosa e política da cultura grega antiga deve-se, precisamente, a essa concepção de cultura em que tanto a religião como o Estado são expressões artísticas da vida do povo.

Assim, para compreender a relação que Nietzsche afirma existir entre o Estado e a tragédia na Antiguidade grega, é necessário reconhecer nele uma atenção à cultura para além das considerações sobre a estética, desenvolvidas fundamentalmente em *O nascimento da tragédia*, embora também a partir delas. Seguramente, não foi somente pela arte memorável dos helenos que Nietzsche os nominou “a mais bem-sucedida, a mais bela, a mais invejada espécie de gente até agora, a que mais seduziu para o viver” (Nietzsche 2, p. 12; Nietzsche 5, p. 13-14). Essa obra inaugural do pensamento de Nietzsche é também sua argumentação inicial em favor do entrelaçamento entre cultura e natureza, em vista de sua compreensão da cultura grega como a forma com que o grego assegurou para si uma vontade grandiosa, ao enfrentar de modo corajosamente artístico todos os aspectos da existência. O Estado grego é tratado por Nietzsche como uma das fontes essenciais dessa força, por ser, também, com toda a crueldade que o caracteriza, satisfação da vontade de brilho da natureza.<sup>2</sup>

Em “O Estado grego”, Nietzsche rechaça a tradição que reconhece no Estado uma representação do povo. Ainda que subliminarmente, ele se opõe radicalmente, nesse escrito, a todos aqueles que conceberam a

2 É na crueldade humana, em seus instintos mais hostis, que Nietzsche localiza o solo mais frutífero de onde pode brotar a cultura; e o que supostamente levaria o homem para longe da Natureza faz com que permaneça eternamente ligado a ela, contudo, transfigurando-a. Com efeito, para Nietzsche, o fundamento da humanidade está exatamente no que mais a mantém presa à sua origem, tal como defende em seu escrito sobre a disputa em Homero. Nietzsche vê germinar ímpetos, feitos e as obras humanas exatamente do que é considerado cruel no homem. É por isso que para ele o ser humano se mantém eternamente preso à Natureza, pois suas obras e sua grandiosidade surgem do quanto, ao se superar, continua enredado em sua condição originária, externando com impetuosidade titânica toda sua hostilidade, sua ira e seu impulso de combate, tal como faz um tigre enfurecido. É assim que Nietzsche explica o avançar de uma cultura. É o “inquietante duplo caráter” do ser humano que o capacita a construir cultura.

origem do Estado em um acordo de cavalheiros, que viram nele o resultado de uma conquista racional instauradora da soberania. Ao contrário, ele sustenta que o Estado é uma arma forjada pela natureza, sem compaixão para com qualquer florescer harmônico da sociedade.

O elo entre arte, Estado e cultura exige que se busque o sentido, a circunstância e a relevância, no pensamento de Nietzsche, da percepção do vínculo entre tragédia e Estado. Quando pensa a Arte e a Política, ele vislumbra uma cultura que fornece uma justificação estética para a existência, para se persistir vivendo, movida por uma vontade de arte. Tal como afirma dezessete anos depois, sobre *O nascimento da tragédia*, em *Ecce Homo*, “Helenismo e Pessimismo” são os temas mais valiosos da obra, que esclarece como os gregos superaram o pessimismo e como o transfiguraram (Nietzsche 2, p. 309; Nietzsche 5, p. 61). E o Estado foi um instrumento propiciador de condições para tal transfiguração.

A compreensão nietzscheana de Estado em nada coincide com a compreensão moderna desta instituição. Como “eterna fonte de fadiga” tal como Nietzsche define o Estado em “*O Estado grego*”, também é eterna a relação de dependência do Estado para com um vultoso número de homens em torno de si. Ademais, se ocorre de a relação dos indivíduos para com o Estado parecer invertida, como se o Estado estivesse a serviço das necessidades e vontades da enorme massa da qual ele depende, isto, aos olhos de Nietzsche, não passa de um ardid da natureza. Como sinais da inevitável monstruosidade do Estado, Nietzsche proclama o que julga serem seus engodos. Ao examinar o Estado grego, ele tem os olhos voltados para sua própria época, para manifestações em que reconhece perigo para a esfera política e artística. É o Estado burguês o verdadeiro alvo da crítica de Nietzsche. A compreensão de que o direito natural individual funda a legitimidade do poder do Estado, concebido este como artifício, traduz uma inversão da relação saudável entre indivíduo e Estado no que tange à elevação da cultura. Se a meta é a proteção da vida individual e do processo de acumulação, de satisfação de metas egoístas, o Estado converte-se em obstáculo à geração do grande indivíduo e, por conseguinte, ao fortalecimento da cultura.

O otimismo racional do homem moderno interfere em seu modo de compreender a política e lidar com ela, à medida que impede que ele reconheça o contínuo e doloroso engendramento do homem cultural emancipado. Nietzsche defende, no entanto, que a sociedade, a organização dos indivíduos, é o ímpeto da natureza para a organização institucionalizada e deve suplantar qualquer vontade particular de um grupo específico de indivíduos. A sociedade é movida pelo mesmo ímpeto da natureza que mobiliza o Estado. A explicação fornecida por Nietzsche para a origem e a natureza do Estado não distingue o Estado moderno de qualquer outro; por conseguinte, a sua impiedade é ainda a mesma de outros tempos. Ele compreende, contudo, consoante a explicação dos homens modernos para o Estado, segundo a qual este é impedido de promover e satisfazer a vontade de arte e pode servir apenas a interesses de proteção e de manutenção da vida: “tais homens inevitavelmente haverão de imaginar como meta última do Estado a mais imperturbável vida em conjunto de grandes comunidades políticas, nas quais seria permitido que *eles* perseguissem antes de tudo as próprias intenções, sem limites” (Nietzsche 2, p. 772; Nietzsche 3, p. 55).

Em “O Estado grego”, Nietzsche almeja retirar do Estado o caráter exclusivamente social e econômico que lhe é atribuído na modernidade, como se resultasse de um pacto – sob este ângulo, o Estado pode ser apenas prejudicial à vida cultural de um povo. No fundamento da relação entre os homens e o Estado, na modernidade, Nietzsche avista o cálculo do que “querem do Estado e o que esse pode conceder-lhes”, sendo assim impossível imaginar que façam qualquer sacrifício “à tendência estatal”. Já no início de suas análises políticas Nietzsche detecta o declínio do Estado em vista da idéia de Estado moderno, tal como posteriormente desenvolve em *Humano Demasiado Humano* (Nietzsche 4, p. 255). A relação de cálculo do que se espera do Estado converte o Estado moderno em um obstáculo à cultura, visto ser admitido somente em função do que oferece em termos de segurança, comodidade e bem-estar. Os interesses privados e a tendência monetária que Nietzsche reconhece no envolvimento dos homens modernos com o Estado traduzem uma prostração à atividade do Estado reguladora do egoísmo entre os homens. Para que tais interesses sejam contemplados, tornou-se

necessário vencer outras forças que representam entraves a este percurso: evitar a propensão à guerra, alimentada pelo que chama de tendência monárquica.

No movimento nacionalista dominante hoje em dia e na expansão do direito do voto universal, não posso deixar de ver antes de tudo os efeitos do *medo da guerra*, sim, e enxergo no fundo desse movimento que quem propriamente tem medo são aqueles eremitas monetários, internacionalistas, despatriados, que, por falta natural do instinto [*Instinktes*] estatal, aprenderam a utilizar abusivamente a política e os Estados e a sociedade como aparatos de seu próprio enriquecimento, por meio da bolsa. (Nietzsche 2, p. 773-774; Nietzsche 3, p. 56-57)

A contraposição entre o Estado grego antigo e o Estado moderno estabelecida por Nietzsche tem como parâmetro a análise da tarefa que o Estado moderno passa a assumir, em vista do tipo de vontade que o guia. Por um lado, a vida política da Grécia antiga é movida por um impulso poderoso. O mesmo impulso que move a arte se dirige também ao Estado, e não é outra a razão de na Antigüidade Nietzsche, tal força está grega ter havido um forte “instinto de Estado”. Por outro lado, ainda na avaliação de totalmente ausente entre os homens de seu tempo. Isto porque, a seu ver, a relação destes últimos com o Estado está baseada na satisfação dos próprios interesses: eles buscam o enriquecimento e somente em nome disso o Estado é levado em consideração. A modernidade imagina para o Estado uma única meta: prolongar uma vida cômoda de acúmulo e de usufruto das riquezas. Em suma, o Estado moderno se instaura em vista do bem-estar privado, da “imperturbável vida em conjunto de grandes comunidades políticas” (Nietzsche 2, p. 772; Nietzsche 3, p. 55). Nesse sentido, a modernidade burguesa traduz um movimento em que política e cultura operam em um recíproco entrave.

A problemática examinada por Nietzsche em relação ao Estado moderno reporta ao contexto de seu nascimento e das justificativas para

sua existência: o Estado gerado para proteger a sociedade contra a guerra, por ser esta um empecilho ao acúmulo de riquezas. Assim, o direcionamento egoísta monetário consiste na exigência de “podar e abrandar o máximo possível os impulsos políticos particulares”, impossibilitar “o êxito de uma guerra de ofensiva e da guerra em geral” – tudo o que se opõe ao impulso político, à dedicação ao Estado e à sociedade que faz um indivíduo de brilho. Nietzsche assinala que, em nome da busca de proteção, e não mais de grandeza, ocorre a fabricação de “grandes corpos estatais *equilibrados* e com garantias mútuas de segurança entre eles”. Os homens não mais se voltam para o Estado de forma que sejam meios para sua finalidade na natureza, para o brilho da sociedade.

Vale lembrar aqui que o jovem Nietzsche, sob o influxo de Schopenhauer, faz uso da categoria da vontade da natureza também na compreensão do Estado, já que este resulta de um ímpeto violento da natureza de se redimir em forma, de organizar os homens. Com efeito, Nietzsche atribui ao Estado a tarefa de alcançar metas para além do âmbito estritamente político e, nesse sentido, identifica no Estado a tarefa de promover a cultura. O elo entre Estado e cultura, como sinal de saúde de um povo, subsiste, contudo, apenas enquanto não adquire vigor, na cultura, a moral condenatória dos ímpetos não racionais, tal como ele julga ocorrer a partir da figura de Sócrates, na oposição trazida por ele entre racionalidade e instinto. Nisso, Nietzsche reconhece uma decisiva inovação de *O nascimento da tragédia*: “Sócrates pela primeira vez reconhecido como instrumento da dissolução grega, como típico *décadent*. ‘Racionalidade’ *contra* instinto. A ‘racionalidade’ a todo preço como força perigosa, solapadora da vida!” (Nietzsche 2, p. 310; Nietzsche 5, p. 62).

A dedicação ao Estado define-se pela restrição a circunstâncias em que ele se torna meio para finalidades momentâneas e urgentes do indivíduo privado. Com efeito, o problema da política moderna se deve, então, ao fato de ela ser fomentada para oferecer a maior segurança possível à realização de objetivos meramente econômicos. Ao contrário do que ocorre no Estado grego, é inconcebível no Estado moderno que os homens devam se sacrificar ao Estado e sejam conduzidos por um instinto inconsciente para a vida política. O Estado moderno, a fim de

favorecer os mais elevados propósitos individuais, é dirigido por homens sem qualquer impulso político e, por isso, exige-se dele o distanciamento das “contradições terríveis e irregulares da guerra”. Por essa causa, Nietzsche nota no nascimento do Estado moderno, em sua preocupação com o extermínio dos “instintos monárquicos dos povos” (Nietzsche 2, p. 773; Nietzsche 3, p. 56), um dano profundo para a cultura: o fim da disputa, do combate, do instinto cruel institucionalmente permitido e conduzido em vista do qual, entre os gregos, nos intervalos de guerras, a sociedade pôde florescer, produzir frutos e gerar arte.

Se não há esforço algum da natureza em direção à paz pela paz, já que nela o cessar guerras atua em nome da vontade de criação que lhe é originária, construir, então, uma filosofia política partindo do preceito de que a razão é também a primeira lei fundamental da natureza é, no mínimo, um embuste, no qual Nietzsche vê a dissimulação de interesses egoístas do homem moderno anti-político. Por conseguinte, foi na cultura grega que Nietzsche identificou o domínio do forte, não porque o domínio político fosse da classe nobre, mas porque na vida da sociedade comandava uma vontade de grandeza<sup>3</sup> e, portanto, de coragem, diferenciação, hierarquia, domínio, em suma, dos elementos indispensáveis à produção do mundo da arte. Tais determinações são inerentes à civilização, como compreendida por Nietzsche, ao contrário da vontade limitada e egoísta de preservação e do cuidado do mais fraco devido às suas carências momentâneas.

Um povo que se movimenta consoante o egoísmo do individualista acumulador está fadado ao estreitamento, ao apequenamento de suas criações e à dissolução de sua cultura. Contra isso, Nietzsche se coloca desde seus primeiros escritos. Em nome de metas restritas, os homens modernos “aprenderam a utilizar abusivamente a política e os Estados e

3 Nietzsche tem em Burckhardt a fonte de influência para sua noção de grandiosidade. As noções de grandiosidade, imponência, beleza, em Burckhardt, são os parâmetros para julgar os eventos na vida cultural da humanidade, para julgá-los independentemente do que causam a cada um dos que os avaliam. Assim, o que o homem cria deve ser avaliado não pelo resultado que oferece para quem avalia sua criação, mas em vista do que representa para além de questões circunstanciais e imediatas. “O homem não é tudo o que é, senão o que se elege como ideal, e ainda que ele não corresponda por inteiro, só por sua vontade se expressa parte de seu caráter”. O mesmo, para Burckhardt se aplica no caso de uma verdadeira cultura: a vontade que conduz a vida religiosa, artística, política e cultural de um povo é um critério para reconhecer ou não sua grandeza.

a sociedade como aparatos de seu próprio enriquecimento, por meio da bolsa”. É nesse contexto que em “O Estado grego” se configura uma crítica bastante aguda aos ideais liberais. Nietzsche compreende “a monstruosa expansão do otimismo liberal como resultado da economia monetária moderna caída em mãos que lhe são estranhas” (Nietzsche 2, p. 774; Nietzsche 3, p. 57).

Nessa obra, o contratualismo moderno, operando como fundamento explicativo, aparece como um dos engodos associados à monstruosidade do Estado:

Quem não pode refletir sem melancolia sobre a configuração da sociedade, quem aprendeu a compreendê-la como sendo o nascimento contínuo e doloroso daquele homem cultural emancipado em cujo serviço todo o resto tem de consumir-se, também não será enganado pelo brilho mentiroso que os modernos estendem sobre a origem e o significado do Estado. (Nietzsche 2, p. 769; Nietzsche 3, p. 50)

Em tal “brilho mentiroso”, Nietzsche avista o Estado em movimento vigoroso e desimpedido, a envolver a massa conservada na ignorância de quanto continua a ser subjugada<sup>4</sup>. A crença excessiva na justificação racional para a origem do Estado é um engodo que possibilita que ele continue ativo como “fonte de fadiga”, enquanto se reconhece nele um substituto justo do domínio de um homem sobre outro.

Quem considera a grandeza e o poder indefiníveis desse conquistador nota que se trata apenas de meios para uma intenção, que se evidencia neles, mas também se oculta. Como se uma vontade mágica emanasse deles, as forças mais fracas aderem velozmente a ele, de modo enigmático, e é miraculosa sua transformação em afinidade que até então não existia, na presença daquela avalanche de violên-

4 Em “Nietzsche als Provokation für die Bildungsphilosophie Versuch, den *Griechischen Staat zu lesen*”, Hufnagel afirma que os discursos da igualdade de direitos e do direito constitucional dos homens são, na interpretação de Nietzsche, fenômenos reativos refletidos na vida sofrida do escravo (Hufnagel 1, p. 44).

cia que de repente ganha volume, e sob o encanto daquele núcleo criador. (Nietzsche 2, p. 770; Nietzsche 3, p. 51-52)

O Estado, o núcleo criador, tem sua força dependente da avalanche que forma e em que carrega sempre a massa de homens em torno de si, os quais, como “forças mais fracas”, aderem a ele e rolam em afinidade com ele. E se da natureza não se pode depreender racionalidade alguma que explique e promova a superação do que se chamou de domínio injusto, a racionalidade que a modernidade enxerga no domínio exercido pelo Estado é, aos olhos de Nietzsche, um engano. O Estado não deixa de ser domínio e destruição pela própria força originária que remonta à natureza, de modo que, enquanto os subjugados pouco se preocupam com a origem terrificante do Estado, continuam a ser envolvidos por ele. Nisso Nietzsche julga identificar a trama do Estado moderno e aponta a inabilidade da historiografia para explicitar as usurpações súbitas e violentas que remontam à própria formação do Estado. Ensinar que o Estado é uma conquista do uso da razão entre os homens, que é fruto de um consenso a impedir a *guerra de todos contra todos*, é, para Nietzsche, um erro historiográfico – ou uma manifestação do defeito hereditário dos filósofos, “a falta de sentido histórico” (Nietzsche 2, p. 24; Nietzsche 4, p. 16).

Assim, todo o velamento da origem do Estado é avaliado por Nietzsche como uma expressão de sua própria monstruosidade. No período moderno, a explicação dada para essa instituição se vale da ignorância de uma massa que assimila a idéia de Estado enquanto adição de forças e não reconhece a violência que o acompanha, porque toda a compreensão moderna do Estado é enredada por um entendimento calculador. Pelo cálculo de benefícios, o Estado então passa a ser compreendido como aquele que vem regular e sanar a *guerra de todos contra todos*. Dessa forma, o nascimento do Estado é associado à redenção, à regularização da concessão dos direitos mútuos, obstando a disputa aniquiladora pela posse da mesma coisa. Nietzsche assevera que o Estado não deixa de ser domínio e força, ainda que esteja sob a égide da justiça. Para ele, “o Estado não se fundamenta no medo do demônio da

guerra como instituição protetora dos homens egoístas” (Nietzsche 2, p. 774; Nietzsche 3, p. 57).

Assim, Nietzsche inaugura em “O Estado grego”, embora sem mencionar um teórico específico, sua contundente crítica ao jusnaturalismo como idéia fundadora do Estado. Em vez de um governo soberano instaurado pelo contrato social, a engendrar a igualdade de todos sob a lei, Nietzsche julga que a permanente auto-superação da moral e do ordenamento social é não apenas inevitável, mas desejável (Patton 8, p. 99).

O problema indicado por Nietzsche ante a incapacidade do mundo político moderno para reconhecer a necessária violência do Estado é, ainda, o efeito sobre o mundo artístico: “não quero ocultar em quais manifestações do presente acredito reconhecer perturbações perigosas da esfera política, tão críticas para a arte quanto para a sociedade” (Nietzsche 2, p. 772; Nietzsche 3, p. 55). Um “pensamento calculador” enxerga na “magia do Estado em geração” (Nietzsche 2, p. 774) uma adição de forças em benefício de toda a humanidade. Relação invertida, resultado também invertido. Na análise nietzscheana do Estado estabelece-se um paralelismo: o envolvimento do povo grego antigo com o Estado aristocrático e o envolvimento da modernidade com o Estado liberal jamais se tocam, porque a dedicação ao Estado e a motivação para tal dedicação atuam como antípodas.

A busca de racionalização do fundamento do Estado, por seu turno, acaba por distanciá-lo demasiadamente do impulso natural que move qualquer povo a dedicar-se a ele, na interpretação de Nietzsche. Nesse sentido, em “O Estado grego”, Nietzsche salienta a relevância para o Estado moderno da expansão generalizada da concepção de mundo liberal e otimista, cujas raízes estão fincadas nas doutrinas do Iluminismo e da Revolução Francesa. Ele defende que o Estado moderno se assenta em concepções teóricas, cujo fundamento deve ser entendido como uma reação de descontentamento de uma massa desprivilegiada, que vê no Estado um empecilho para sua ascensão. A rebelião da burguesia é um posicionamento da sociedade contra o Estado, e cada novo Estado constituído é uma reação contra o anterior.

Assim, quando Nietzsche indica como característica danosa da política de seu tempo a “mudança do pensamento revolucionário a serviço

de uma aristocracia monetária egoísta e desestatizada” (Nietzsche 2, p. 774; Nietzsche 3, p. 57), quando compreende a marcante expansão do otimismo liberal como resultado da economia monetária moderna – e julga que todos os males da sociedade, incluindo a decadência necessária da arte, nascerem daquela raiz ou crescerem junto dela – ele entoa um louvor à guerra por julgar que, em seu tempo, o cessar da guerra resulta de vozes egoístas, de homens que se preocupam meramente com seus próprios interesses. É nesse sentido que a guerra é, para Nietzsche, um antídoto. Em situação de guerra e na condição de soldado aparece uma imagem ante os olhos: “o modelo original do Estado” (Nietzsche 2, p. 775; Nietzsche 3, p. 58).

Com efeito, a análise nietzscheana da política da Antigüidade grega e da política da modernidade não resulta na defesa de um modelo político específico, mas no diagnóstico do quanto, em cada época, a política foi ou não instrumento para o crescimento do homem, aumentando sua força através da cultura, para que pudesse, então, assumir sua própria natureza e, a partir disso, criar. Na modernidade, entretanto, Nietzsche julga que o Estado passou a garantir apenas o enfraquecimento e a transformação do humano em mero instrumento para a civilização, o adestramento e o apequenamento do que é o homem. Com efeito, a partir do momento em que o combate e a medição permanente entre os homens passam a ser coibidos pelo Estado, ele atua como inibidor da criação e promotor do conflito entre política e cultura. Quando a capacidade artística do homem foi soterrada, conseqüentemente, a imensa maioria que move o Estado também deixou de ser instigada por uma intensa força que a impele sem temor. Se o Estado produz esse tipo de catástrofe na constituição do homem moderno, ele o faz porque carece de um elemento que lhe é constitutivo, segundo a interpretação nietzscheana: a noção de que ele é também um elo na relação com a natureza, com os impulsos criativos e destrutivos da natureza.

A concepção nietzscheana de Estado não pode ser dissociada de sua análise da cultura. Nietzsche recusa conceder ao político o posto mais elevado de uma cultura, ao mesmo tempo em que repudia toda subordinação do político ao econômico. O Estado possui uma dignidade própria, que consiste em ser meio privilegiado para a promoção da cultura

e o engendramento do gênio. Disso se pode concluir que o jovem Nietzsche – mesmo quando pensa a política – é, antes de tudo, um pensador da cultura, ainda que a política ocupe lugar fundamental como critério de sua análise do valor de um povo.

### The place of Politics in the young Nietzsche's thought

**Abstract:** Imbued of the schopenhauerian notion of will, Nietzsche analyzes the Greek culture keeping in sight the Greeks' capacity to create the tragedy as a way to transfigure the pain of existence. In his writings on aesthetics, Nietzsche examines not only the Greek art: the State had occupied him since *The birth of tragedy*. When he thinks of the Greek state, one of his aims is to raise his first criticisms to the modern state. Nietzsche states that rationality, applied to the understanding of State, does not show clearly the ingeniousness of this instrument of nature, whose aim is to produce form and beauty among men. The bourgeois modern state, pursuing the goals of ceasing *the war of everybody against everybody*, protecting every individual's life and the process of accumulation of wealth, obstructs the generation of great individuals and becomes, therefore, an obstacle to the elaboration of culture.

**Key-words:** culture – tragedy – State – rationality.

### Bibliografia

1. HUFNAGEL, Erwin. Nietzsche als Provokation für die Bildungsphilosophie. Versuch, den *Griechischen Staat* zu lesen. In: GERHRDT, Volker; RESCHKE, R. *Nietzsche Forschung*. Band 7. Berlin: Akademie Verlag, 2000, p. 37-57.
2. NIETZSCHE, Friedrich W. *Kritische Studienausgabe* [KSA] (15 volumes). Editado por Giorgio Colli e Mazzino Montinari. München: DTV; De Gruyter, 1999.

3. \_\_\_\_\_. *Cinco prefácios para cinco livros não escritos*. Trad. Pedro Sússekind. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996.
4. \_\_\_\_\_. *Humano, demasiado humano: um livro para espíritos livres*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
5. \_\_\_\_\_. *O nascimento da tragédia ou helenismo e pessimismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
6. \_\_\_\_\_. *Segunda consideração intempestiva – Da utilidade e desvantagem da história para a vida*. Trad. Marco Antônio Casanova, revisão Ernani Chaves. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
7. OTTMANN, Henning. *Philosophie und Politik bei Nietzsche*. Berlin: Walter de Gruyter, 1999.
8. PATTON, Paul. Nietzsche and Hobbes. *International Studies in Philosophy*, 33: 3, p. 99-116.